

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS/OS
PESCADORAS/ES DE FAROL DE SÃO TOMÉ, CAMPOS DOS GOYTACAZES
- RJ: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

SOUZA, Suelen Ribeiro de - UENF
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em **Políticas Sociais da Universidade Estadual
Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
Bolsista FAPERJ-UENF
E-mail: suelenrs_16@hotmail.com

HELLEBRANDT, Luceni
Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em **Políticas Sociais da Universidade
Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
E-mail: luceni.hellebrandt@gmail.com

MARTÍNEZ, Silvia Alicia
Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro
de Ciências do Homem da **Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
E-mail: silvia-martinez@hotmail.com

GANTOS, Marcelo Carlos
Professor associado do LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de
Ciências do Homem da **Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
E-mail: mcgantos@gmail.com

Resumo: A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos socioambientais reconhecidos por pescadoras/es de Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes, por meio do recenseamento do Projeto de Educação Ambiental – Pescarte. Ao longo do processo de recenseamento do PEA pode-se identificar alguns conflitos socioambientais vivenciados pelas(os) pescadoras(es) e seus familiares. Esses conflitos se agravaram na localidade em decorrência dos impactos da extração de petróleo e gás e da instalação e atividade do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA). Na visão de Acselrad (2004) os conflitos ambientais podem ser identificados como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos veem ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados. Ademais, a desigual distribuição dos impactos ambientais, acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento, ou seja, “os rejeitos [são] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (p. 110), fazendo com que essas comunidades ainda sofram as “injustiças ambientais” (HERCULANO, 2002).

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Pesca artesanal. Pescarte. Farol de São Tomé.

Considerações Iniciais

O presente artigo apresenta-se como resultado inicial da pesquisa de doutorado, em Políticas Sociais, onde o universo feminino se caracteriza como unidade de análise, e do Projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixada Litorânea”¹.

Ao iniciar os estudos sobre o tema algumas pesquisas sobre a participação das mulheres na pesca foram realizadas - artigos, dissertações/teses e capítulos de livros, que são referenciados ao longo do texto - observou-se que os estudos sobre a pesca artesanal são importantes e necessários, visto que os atores sociais, envolvidos nesse processo, tem constantemente sua atividade laboral ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo (MANESCHY, 1997 apud MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Para além das desigualdades de gênero, tanto as pescadoras, quanto os pescadores das comunidades tradicionais, sofrem com as injustiças ambientais (HERCULANO, 2002) – referentes a má distribuição dos impactos e à falta de acesso às políticas públicas específicas - por falta de informação e/ou por não possuírem o registro de pescadoras/es artesanais. O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) deve ser solicitado junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, que desde 2009 é responsável por operacionalizar a regularização das/os pescadoras/es para poderem exercer as atividades da pesca. No entanto, as mulheres dificilmente conseguem acessar o registro, e consequentemente as políticas públicas, que dele necessitam, pois não têm acesso direto ao órgão expedidor ou por dependerem da mediação da colônia, que não está muito engajada na defesa dos direitos das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Na visão de Motta-Maués (1999) as pesquisas, que reproduzem os discursos públicos das comunidades privilegiando os pontos de vista masculino, ignoram, também as diversas atividades realizadas pelas mulheres na pesca artesanal. Essas afirmações, na visão da autora, não exprimem a realidade das comunidades pesqueiras, pois numa definição mais “ampliada da pesca – tal como é construída hoje pelos que estudam o

¹ A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”. Desenvolvido por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

problema -, [percebe-se] que também elas pescam e, desse modo, são pescadoras” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 395).

Nessa perspectiva o presente artigo tem por objetivo realizar uma análise dos conflitos socioambientais no Distrito de Farol de São Tomé, com base nos dados do recenseamento do Projeto de Educação Ambiental PEA-Pescarte², focando o bloco 6 – caracterização da atividade pesqueira, que aborda a questão dos conflitos socioambientais, especialmente os ligados a atuação da indústria do petróleo na região.

Conflitos Ambientais

A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos ambientais que envolvem o ambiente da pesca artesanal ou a pesca em pequena escala. No universo desse grupo social, que são as/os pescadoras/es artesanais, “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740).

No entanto a problemática ambiental vai além da desigualdade de gênero, pois as disputas pela apropriação e uso social dos recursos do ambiente, também, abrem espaço para os conflitos ambientais, que na visão de Acselrad (2004) podem ser vistos como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos veem ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados.

Ademais, a desigual distribuição dos impactos ambientais, acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento. Nesse caminho, Acselrad (2010, p. 109), afirma que ao “evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas

² O Projeto Educação Ambiental (PEA) Pescarte, iniciou em junho de 2014, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), desenvolvido no âmbito do “licenciamento oriundo do TAC de Produção, que envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento de 14 campos petrolíferos da Bacia de Campos, com atuação de 29 plataformas” (TIMÓTEO, 2016, p. 8), sob supervisão e fiscalização do IBAMA. A área de abrangência do PEA Pescarte inclui sete (7) municípios do norte fluminense: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana.

bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros”. O autor, ainda, expõe que “os rejeitos [são] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (p. 110).

Segundo Acselrad (2004), a existência da sociedade é produzida com base nas relações sociais e nos modos de apropriação e uso dos recursos do meio ambiente, que geram disputas favorecendo, assim, o surgimento dos conflitos ambientais. Na visão de Quintas (2006) os conflitos ambientais são permeados por disputas de poder, pois no processo de apropriação e uso dos recursos do ambiente está em jogo o interesse da coletividade “e interesses específicos de atores sociais que, mesmo quando legítimos, nem sempre coincidem com os da coletividade” (QUINTAS, 2006, p. 63), sendo responsabilidade do Poder Público a defesa dos interesses coletivo. Percebe-se também que, nessa esfera, os que possuem maior conhecimento/poder sobre determinada ação influenciam na tomada de decisões dos órgãos ambientais, “seja pela via da pressão política direta, seja por meio de divulgação à sociedade sobre a importância econômica e social do seu empreendimento (geração de empregos é um dos argumentos), ou pelas duas formas” (p. 63). Deste modo, nota-se que o domínio sobre os recursos do ambiente está inerentemente ligado às disputas de poder.

Além da desigualdade histórica de distribuição do poder sobre os recursos naturais, como nos aponta Acselrad (2004), as mulheres pescadoras lutam diariamente para se afirmarem como trabalhadoras da pesca e ter acesso aos direitos sociais. Cabe, ressaltar que as atividades das pescadoras se caracterizam pelo “trabalho produtivo e reprodutivo”, além da manutenção da casa. Nesse sentido, percebe-se que a “capacidade de resistência que essas comunidades [tradicionais] vem demonstrando é, em grande medida, consequência do papel [e] do suporte desempenhado pelas mulheres” (MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 2-3).

Nessa perspectiva percebe-se que as comunidades de pesca artesanal têm sua atividade de pesca constantemente ameaçada e não recebem as vezes o apoio e a proteção dos órgãos fiscalizadores, que hipoteticamente deveriam estabelecer as regras para a apropriação e uso dos recursos do ambiente, privilegiando os interesses da coletividade, no entanto como aponta Quintas (2006) isso nem sempre ocorre. Mesmo com esse cenário os dados do recenseamento PEA-Pescarte mostram que na comunidade pesqueira de farol

de São Tomé em Campos dos Goytacazes/RJ há unanimidade em identificar que não existem conflitos entre as/os pescadoras/es com os órgãos fiscalizadores ambientais, como veremos na próxima seção.

Metodologia

Metodologicamente estuda-se alguns dados do Censo do PEA-Pescarte, que se adequam aos interesses da temática aqui apresentada, a saber no bloco de Caracterização da Atividade Pesqueira – CAP -, especificamente àquelas que demonstram a percepção dos conflitos socioambientais, CAP.53 a CAP.60, pelas pescadoras/es³. As tabelas geradas no software SPSS serão analisadas e discutidas na próxima seção.

Ao longo do processo de recenseamento e da atuação da equipe técnica do PEA Pescarte pode-se identificar alguns conflitos socioambientais vivenciados pelas/os pescadoras/es e seus familiares. Esses conflitos se agravaram em decorrência da atividade turística na região, que é muito forte, e pelos impactos da extração de petróleo e gás na Bacia de Campos. Dentre as problemáticas encontradas a de “gênero” merece grande destaque nessa digressão, visto que as pescadoras, que realizam diversas atividades ligadas à pesca, são identificadas muitas vezes como ajudante de seus companheiros/familiares, bem como seu trabalho é visto de forma completar. No entanto sua atuação e inserção na cadeia produtiva da pesca é fundamental para a manutenção e reprodução do grupo social, conforme Woortmann, 1992.

Percepção dos conflitos ambientais pelas/as pescadoras/es de Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes (RJ)

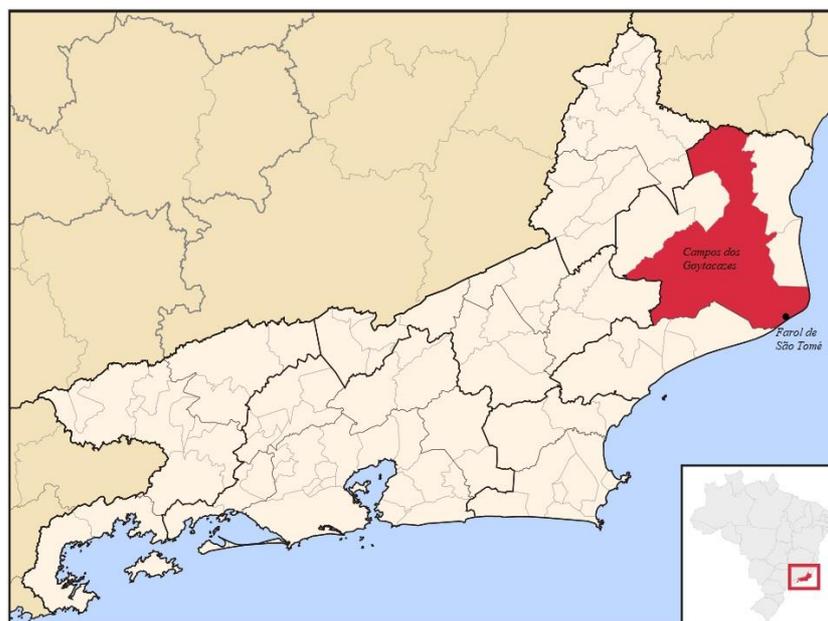
Nas comunidades tradicionais, especificamente aquelas constituídas por pescadoras/pescadores, uma gama de externalidades vem contribuindo para a

³ Censo PEA-Pescarte, levantamento de dados via survey, aplicado as famílias de pescadores/as artesanais residentes e domiciliados/as em localidades previamente definidas pelo Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos 2011-2012. Tal ação tinha como finalidade a obtenção de amplo conjunto de informações sobre a realidade de vida e trabalho dos/as pescadores/as, visando a constituição de um banco de dados, concluído no início de 2016, atualmente chamado de Censo Pescarte. Para aplicar o inquérito, composto por 748 questões com duração máxima de aplicação de aproximadamente 4 horas. Cumpre destacar que nem todos os dados abordados no inquérito serão apresentados neste trabalho, como explicitado acima.

marginalização da pesca, como: a “especulação imobiliária, a criação de complexos industriais portuários e pólos turísticos, a destruição de áreas de manguezais, a extração mineral do mar, a poluição industrial e doméstica, além dos projetos de aquicultura intensiva” (MANESCHY, 1997 apud MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 3). Constatase, ainda, que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem mais diretamente com os impactos derivados destas atividades, principalmente da indústria do petróleo e gás natural, são as(os) pescadoras(es) artesanais, já que essas atividades interferem diretamente na entrada destes grupos ao mar, e ou alteram suas dinâmicas sociais .

Diante disso, neste artigo vamos analisar as percepções das pescadoras/es sobre os conflitos ambientais vividos na Comunidade pesqueira de Farol de São Tomé no interior em Campos dos Goytacazes interior do Estado do Rio de Janeiro, como se observa na Figura 1.

Figura 1 - Mapa do Município de Campos, destacando a comunidade pesqueira de Farol de São Tomé



Fonte: Adaptação do mapa do município de Campos dos Goytacazes, disponível na Wikipédia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_dos_Goytacazes.

Segundo o recenseamento do PEA-Pescarte (2016) foi possível identificar na comunidade pesqueira de Farol de São Tomé outras oito localidades, a saber Centro, Vila do Sol, Xexé, Vila dos Pescadores, Rádio Velho, Gaiivotas, Boa Vista e Lagamar, em

termos populacionais é a maior, com um total de 735 habitantes (45,2% da população total das comunidades pesqueiras), como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - População residente nas comunidades pesqueiras de Farol de São Tomé, segundo o sexo⁴

Localidades de Farol de São Tomé	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Centro	81	61	142
Vila do Sol	43	30	73
Xexé	26	17	43
Vila dos Pescadores	162	182	344
Rádio Velho	17	18	35
Gaiotas (Farol de São tomé)	13	11	24
Boa Vista (Farol de São Tomé)	25	23	48
Lagamar (Farol de São Tomé)	15	11	26
Total	382	353	735

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – Censo Pescarte (2016).

Analisando os dados da Tabela 1 percebe-se que a Vila dos Pescadores é a localidade mais povoada e que concentra o maior número de mulheres. Na comunidade pesqueira de Farol de São Tomé o Censo PEA-Pescarte, foi aplicado a 271 pessoas, dentre os quais 151 homens e 120 mulheres. As questões referentes ao bloco CAP foram respondidas por 271 pessoas, que se configuram como respondentes principais. Segundo os dados do recenseamento foi possível identificar de maneira sucinta alguns conflitos entre a comunidade pesqueira e os órgãos fiscalizadores, que na visão de Quintas (2006) deveriam de zelar pelo interesse da coletividade, no entanto nem sempre acontece.

Na primeira questão analisada do bloco de caracterização da atividade pesqueira percebeu-se que muitas/os pescadoras/es não identificavam conflitos entre sua atividade de pesca e os órgãos fiscalizadores, cabendo a uma pequena parcela dos entrevistados a

⁴ Dados do Censo do PEA-Pescarte referente ao Bloco de Identificação Socioeconômica/Caraterísticas Demográficas – I.S. Análises realizadas por JOSEANE DE SOUZA; ROBERTO DUTRA TORRES JUNIOR; MARCO ANTONIO MARINHO; GILBERTO AZEREDO GOMES; membros do grupo de trabalho quantitativo do Projeto Mulheres na Pesca.

identificação dos conflitos, ou seja 35,80% das mulheres e 36,55% dos homens informaram que havia conflito. Na sequência ao serem questionados sobre quais são os motivos dos conflitos existentes entre pescadores e órgãos fiscalizadores as/os pescadoras/es indicaram 15 problemas, descritos na Tabela 2⁵.

Tabela 2 - Conflitos indicados pelas/os pescadoras/es de Farol de São Tomé

Conflito	Masculino (53)	Feminino (29)
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial	1	2
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial/ fiscalização excessiva no período do defeso		1
Fiscalização excessiva no período do defeso	19	11
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Abusos do poder	1	1
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Período do defeso errado	1	1
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Falta de fiscalização	1	
Abusos do poder	11	2
Abusos do poder/ período do defeso errado		2
Abusos de poder/ Legislação deficiente/ Falta de fiscalização	2	
Abusos do poder/ Falta de Fiscalização	1	
Período de defeso errado	10	3
Período do defeso errado/ Legislação deficiente	1	
Legislação deficiente	2	2
Legislação deficiente/ Falta de fiscalização	2	
Falta de fiscalização	1	1
Total	53	26

Fonte: elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.54 do Censo Pescarte (2016).

Observando a Tabela 2 pode-se identificar no geral que alguns problemas se repetem, como, abusos do poder (9), fiscalização excessiva no período do defeso (6), falta de fiscalização (6) e legislação deficiente (5). No entanto na percepção das mulheres a

⁵ É importante destacar que esses problemas só foram listados pelos que identificaram conflitos na questão anterior.

maior problemática é a fiscalização excessiva no período do defeso (14), que incide diretamente na questão do trabalho e conseqüentemente na renda familiar, visto que sua atividade laboral, muitas vezes ligada ao beneficiamento, depende da disponibilidade do pescado. Percebe-se também que ocorreram quatro abstenções, que podem ter sido causadas pela insegurança de responder ou outros motivos. Essas ausências foram identificadas, como pode-se identificar na Tabela 2, por parte do público feminino.

Na CAP.55 questionou-se se havia algum outro tipo de conflito na atividade que as/os pescadoras/es exercem na cadeia produtiva da pesca, sendo assim aproximadamente 89% dos homens/mulheres indicaram que não existe um outro tipo de conflito em sua atividade, e apenas 10,39% das mulheres e 10,07% dos homens identificaram que existia. Para os que identificaram haver outro conflito na atividade pesqueira, além dos indicados com os órgãos ambientais, era necessário explicitá-los. Sendo assim, (15 – 10,07%) homens e (8 – 10,39%) mulheres apresentaram os conflitos, que foram sintetizados na tabela 3.

Tabela 3 - Outros conflitos indicados pelas/os pescadoras/es de Farol de São Tomé

Conflito	Masculino (15)	Feminino (8)
Entre os próprios pescadores	5	3
Entre os pescadores/ Pesca industrial/ Colônia/ Exploração	1	
Entre os próprios pescadores e com a colônia	2	
Entre os próprios pescadores e exploração do petróleo	1	
Com a colônia	2	1
Exploração de petróleo	1	
Com instituições municipais (secretarias de pesca, assistência, obras, etc.)	2	2
Atravessadores/ Frigorífico	1	2
Total	15	8

Fonte: elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.56 do Censo Pescarte (2016).

Observando a Tabela 3 pode-se identificar que alguns problemas se repetem, como na questão anterior, aqui pode-se identificar unanimemente entre os homens e as mulheres que o maior conflito está entre os pescadores (8), entre as/os pescadoras/es e as

instituições municipais (4) e entre as/os pescadoras/es e a colônia/atravesadores/frigoríficos (3). Um fator que nos chama a atenção é apenas um indivíduo sinalizar o conflito com a indústria do petróleo, haja vista que a região é muito impactada pelos empreendimentos petrolíferos e pela recente instalação e início das atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA).

No entanto, pode-se observar na sequência das questões que a maioria dos entrevistados ($\approx 69\%$), apesar de não ter identificado os conflitos com a indústria do petróleo anteriormente, reconhecem sua influência nas atividades pesqueiras. Na sequência as/os pescadoras/es de Farol de São Tomé, foram questionados a identificarem se havia mais prejuízos ou benefícios, pode-se observar que unanimemente eles reconhecem que ela trouxe mais prejuízos do que benefícios para a comunidade, como exposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Influências da indústria do petróleo na região indicadas pelas/os pescadoras/es de Farol de São Tomé

<i>Legenda</i>	<i>Influência</i>	<i>Masculino (105)</i>	<i>Feminino (49)</i>
A	Trouxe somente benefícios	5	
B	Trouxe mais benefícios que prejuízos	3	7
C	Nem prejuízo, nem benefício	8	7
D	Trouxe mais prejuízos que benefícios	42	15
E	Trouxe somente prejuízos	47	18
	Total	105	47

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.58 do Censo Pescarte (2016).

Na questão 58 só participaram os 105 homens e 49 mulheres que indicaram existir alguma influência da indústria petróleo na atividade pesqueira. Ao observar a Tabela 4 percebe-se, como já informado, que aproximadamente 69% dos indivíduos indicaram a influência, mas ao mesmo tempo identifica-se do universo feminino duas entrevistadas, que apesar de reconhecer essa influência, não souberam ou preferiram não informar qual era.

Sendo assim, aos respondentes que identificaram, que a indústria do petróleo trouxe somente benefícios (A) um universo de cinco homens e trouxe mais benefícios

que prejuízos (B) num total de três homens e sete mulheres, era necessário elencar quais eram esses benefícios, sintetizados na Tabela 5.

Tabela 5 - Benefícios da indústria do petróleo na região indicadas pelas/os pescadoras/es

Benefícios	Masculino (8)	Feminino (7)
Programas de compensação	1	
Royalties para o município	2	
Projetos de rentabilidade social	1	
Mais empregos		1
Não souberam/não quiseram identificar	4	6
Total	8	7

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.59 do Censo Pescarte (2016).

Nota-se na Tabela 5 que a maioria dos que identificaram o benefício da indústria do petróleo na região não souberam ou não quiseram identificá-los. E, por fim tiveram os participantes ($\approx 69\%$) que identificaram que trouxe mais prejuízos que benefícios (D) e trouxe somente prejuízos (E), vide Tabela 4, na instalação da indústria petrolífera na região. A Tabela 6 apresenta os principais prejuízos por eles identificados.

Tabela 6 - Principais prejuízos da indústria do petróleo na região indicados pelas/os pescadoras/es⁶

<i>Prejuízos</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Exclusão da área de pesca	64	16
Aumento do tráfego de embarcações	22	5
Acidentes com petrecho de pesca	25	5
Aumento do custo de vida	35	14
Poluição das águas	17	7
Aumento da fiscalização	5	2
Outros prejuízos	5	5

⁶ Nessa questão, CAP.60, os entrevistados tinham a opção de escolher mais de uma alternativa, por isso os valores totais não batem com os 89 homens e 33 mulheres que indicaram que havia mais prejuízo que benefício.

Total	173	54
-------	-----	----

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.60 do Censo Pescarte (2016).

Nessa questão percebe-se que os dois maiores impactos da indústria do petróleo na região, segundo os recenseados, é a exclusão da área de pesca e o aumento do custo de vida, fatores que estão ligados diretamente a manutenção e reprodução do grupo. Essa preocupação também pode ser encontrada em pesquisa anterior realizada por **ZAPPES et al. (2016)** no norte fluminense, que destacou os impactos ambientais que a construção e as atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) trouxeram para as comunidades de pesca ao entorno, a saber Atafona, Barra do Açú e Farol de São Tomé. As informações obtidas por meio de entrevistas que relevam que os pescadores e seus familiares tiveram sua área de pesca delimitada pelas zonas de exclusão pesqueira, afetando assim seu modo de vida.

Os pescadores artesanais de Farol de São Tomé destacam que o CLIPA pode vir a ser o único responsável pela escassez de pescado na região. Ademais as/os pescadoras/es “mencionaram sua desconfiança sobre a qualidade do pescado, que seria afetada pelos poluentes lançados no ambiente costeiro a partir da construção e das atividades do CLIPA” (**ZAPPES et al, 2016, p. 80**). Outra questão destacada pelas mulheres é que “de que o tráfego de navios afugentará a fauna marinha costeira e interferirá na localização das áreas de pesca” (p. 80).

Considerações Finais

A análise dos dados apresentados anteriormente indicam, que apesar das/os pescadoras/es terem sua atividade constantemente ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo, poucos entrevistados reconhecem esse impacto. Destaca-se que esse não reconhecimento pode acontecer em decorrência das/os pescadoras/es não se sentirem seguros em expor suas ideias sobre esse tema ou até mesmo por receio de se comprometer, pois apesar dos impactos-conflitos vivenciados a relação entre as/os pescadoras/es e os órgãos ambientais é constante.

Outro ponto que merece destaque é a teoria de conflito ambiental do Acseirad (2004), que apesar de apontar os grupos que ficam a margem, como as comunidades de

pesca, sofrendo injustiças ambientais, não aponta especificamente a questão de gênero. Nesse sentido a pesquisa desenvolvida pelo “Projeto Mulheres na Pesca” busca suprir essa demanda ao identificar os conflitos ambientais que envolvem as relações de gênero na pesca artesanal.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 103-119. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2016.

HERCULANO, Selene. Pesca e petróleo no litoral Fluminense. Revista Nordestina de Ecoturismo, n5 v. 1, p. 01-14, 2012. Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/PESCA_E_PETR%C3%93LEO_NO_LITORAL_FLUMINENSE.pdf.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set.-dez., 2012, p713-737.

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: Congresso Brasileiro de economia Doméstica, XX, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.

MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, 1999, pp. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2016.

QUINTAS, J.S. Introdução a Gestão Ambiental Pública. 2.ed. MMA/IBAMA: Brasília, DF, 2006. 102 p.

TIMÓTEO, G.M. Apresentação. In: TIMÓTEO, G.M (organizador). Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2016. Recurso online/ versão impressa (PDF). p. 814.

WOORTMANN, E.F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, 1992. p. 1-31.